REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA E MOVIMENTO
Brazilian Journal of Science and Movement

ENSAIO

Primeiros socorros na escola: desafios e possibilidades para a formação de profissionais da Educação Física

First aid at school: challenges and possibilities for the training of physical education professionals

Matheus Florindo de Deus[1,2,*], Jose Francisco S. Sampaio[2], Geanderson S. Oliveira[1,2], Rodrigo Paiva[3], Roberta L. Rica[4] e Danilo Sales Bocalini[2]

[1]Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil; [2]Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil; [3]Faculdade de Educação Física da ACM de Sorocaba, Sorocaba, São Paulo, Brasil; [4]Curso de Educação Física, Centro Universitário Estácio de Sá, Vitória, Espírito Santo, Brasil.

***Autor correspondente:** matheusdideusf@gmail.com

https://doi.org/10.31501/rbcm.v34i1.16972

Resumo: O ambiente escolar configura-se como um espaço dinâmico e de intensa interação, no qual a ocorrência de acidentes e emergências de saúde deve ser compreendida como uma possibilidade inerente ao cotidiano institucional. Nesse contexto, a atuação dos professores de Educação Física assume papel estratégico, uma vez que as atividades corporais ampliam a exposição a riscos que demandam intervenções imediatas. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar e refletir sobre as implicações da implementação de programas de formação inicial e continuada em primeiros socorros para profissionais de Educação Física atuantes no ambiente escolar. Trata-se de um ensaio teórico, de natureza reflexiva e propositiva, desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, fundamentada em legislações vigentes, diretrizes internacionais e produções científicas da área. Nossas interpretações evidenciam que, embora haja avanços no campo normativo, como a promulgação da Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas) e a tramitação do Projeto de Lei nº 2.336/2022, persistem lacunas significativas na formação dos profissionais, especialmente no que se refere à articulação entre conhecimento técnico, tomada de decisão diante de emergência e aplicação pedagógica dos conteúdos. Destaca-se o papel do Suporte Básico de Vida como eixo estruturante dos primeiros socorros, bem como a necessidade de programas de capacitação contínua, contextualizados e baseados em metodologias ativas. Ademais, evidencia-se a importância da inserção dos primeiros socorros como conteúdo transversal no currículo escolar, contribuindo para a construção de uma cultura de prevenção, segurança e letramento em saúde. Conclui-se que a qualificação dos profissionais de Educação Física, aliada à integração entre educação, saúde e políticas públicas, constitui elemento fundamental para a consolidação de ambientes escolares mais seguros, resilientes e comprometidos com a preservação da vida.

Palavras-chave: Capacitação de professores; Serviços de saúde escolar; Prevenção de acidentes; Emergências; Educação em saúde.

Abstract: The school environment is a dynamic setting characterized by intense interaction, where accidents and health emergencies should be understood as inherent possibilities of everyday institutional life. In this context, Physical Education teachers play a strategic role, since body movement activities increase exposure to risks that may require immediate intervention. Therefore, the present study aimed to analyze and reflect on the implications of implementing initial and continuing first aid training programs for Physical Education professionals working in school settings. This is a theoretical essay of a reflective and propositional nature, developed through bibliographic and documentary research using a qualitative approach, grounded in current legislation, international guidelines, and scientific literature in the field. Our interpretations indicate that, although there have been advances in the regulatory framework, such as the enactment of Law No. 13,722/2018 (Lucas Law) and the ongoing discussion of Bill No. 2,336/2022, significant gaps remain in professional training, particularly regarding the integration of technical knowledge, emergency decision-making, and the pedagogical application of first aid content. Basic Life Support is highlighted as the structural foundation of first aid, as well as the need for continuous, contextualized training programs based on active learning methodologies. In addition, the importance of incorporating first aid as a cross-curricular component in the school curriculum is emphasized, contributing to the development of a culture of prevention, safety, and health literacy. It is concluded that the qualification of Physical Education professionals, combined with the integration of education, health, and public policies, is a fundamental element for the consolidation of safer, more resilient school environments committed to preserving life.

Keywords: Teacher training; School health services; Accident prevention; Emergencies; Health education.

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Introdução

O presente estudo objetivou analisar e refletir sobre as implicações da implantação de programas de formação básica e continuada em primeiros socorros, com foco na Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas) e na tramitação do Projeto de Lei nº 2.336/2022[1], considerando, neste ensaio de cunho bibliográfico e documental, a necessidade e importância de qualificação para os profissionais de educação, sobretudo da educação física que atuam no cotidiano escolar.

Compreendemos a Educação, isto é, a prática educativa enquanto um fenômeno social, portanto, uma atividade humana fundamental para o processo formativo e o desenvolvimento de capacidades teóricas, técnicas, a promoção de valores éticos, de sensibilidade e protagonismo com vistas a mudar o entorno no qual o sujeito esteja inserido. E concordamos que a Educação Física é uma prática de intervenção social que mobiliza os saberes vinculados à cultura corporal de movimento (jogos e brincadeiras, lutas, danças, ginástica e esportes) com intencionalidade pedagógica, refletindo criticamente os modos de formação, com o uso dessas atividades, na educação formal e informal na sociedade. Na escola, além de ser uma área de conhecimento, vinculada ao campo das linguagens (comunicação, expressão e produção de saberes), igualmente, é uma disciplina obrigatória legítima e legalmente pertinente à realidade da educação básica.

Assim, o ambiente educativo (na formação básica, técnica e/ou superior) caracteriza-se como um espaço de convivência intensa e de público heterogêneo – estudantes e trabalhadores da instituição, reunindo diariamente crianças, adolescentes, jovens e adultos. Essa dinâmica envolve uma variedade de atividades, pedagógicas, administrativas, de manutenção e recreativas, que colocam os sujeitos em constante movimento em salas, pátios, quadras e outros espaços. Diante dessa multiplicidade de interações humanas e corporais, entende-se que a ocorrência de acidentes e emergências de saúde não deve ser vista como um evento excepcional, mas como uma possibilidade inerente ao cotidiano institucional, o que ratifica a necessidade de preparo mínimo (qualificação-noção básica) dos profissionais que atuam nesses ambientes[2].

Tratando-se especialmente do contexto da Educação Física, essas noções básicas tornam-se indispensáveis, visto que as atividades corporais presentes na disciplina ampliam o potencial de incidentes ligados a possíveis riscos inerentes aos movimentos (de baixa ou alta intensidade) das práticas corporais que demandam intervenção imediata. Nesse cenário, a capacidade dos professores de Educação Física de prover os primeiros socorros diante desses possíveis acontecimentos mostra-se substancial, dadas as frequentes situações de emergência que podem surgir durante aulas dentro e fora de sala, intervalos e eventos escolares diversos. A ausência de conhecimento adequado em primeiros socorros por parte dos educadores pode agravar significativamente as consequências de acidentes, podendo resultar em desfechos mais graves ou até mesmo fatais, conforme evidenciado por estudos que apontam uma fragilidade de formação nesta área[3].

Conceitualmente, os primeiros socorros são definidos como o conjunto de ações imediatas e temporárias prestadas a uma pessoa vítima de acidente ou mal súbito, com o objetivo de preservar a vida, minimizar o sofrimento, prevenir o agravamento das lesões e manter as funções vitais até a chegada do atendimento especializado[4]. No ambiente escolar, essas ações assumem relevância particular, uma vez que as instituições de ensino concentram crianças, adolescentes e adultos em atividades que envolvem movimento corporal, interação social e práticas recreativas e esportivas, aumentando a exposição a riscos previsíveis.

Como fundamentação de nosso debate a respeito desse assunto, nos sustentamos na promulgação da Lei nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, a qual representou um avanço significativo ao tornar normativa a capacitação em primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados da educação básica e da intervenção em recreação infantil. Entretanto, muitos desafios se apresentam à ampla implementação das ações previstas na lei, como, por exemplo, a falta de especificidade dos conteúdos, da carga horária, da formação teórico-prática dos formadores e da adaptação dos procedimentos ao contexto escolar[5].

No cenário legislativo – que inclusive possui representação capixaba –, avança-se para uma abrangência ainda maior com o Projeto de Lei nº 2.336/2022 (de autoria do ex-senador Luiz Pastore – MDB/ES) já aprovado em comissões do Senado. Este PL propõe que noções básicas de primeiros socorros

sejam ensinadas também aos estudantes do Ensino Fundamental II e Médio. Essa atualização sinaliza uma mudança de paradigma: o estudante deixa de ser apenas o objeto do cuidado para se tornar um potencial socorrista no ambiente comunitário. A promulgação deste projeto em lei pode significar um salto de qualidade, tanto para as políticas de primeiros socorros no ambiente escolar, quanto para a qualificação de profissionais de educação sobre Suporte Básico de Vida (SBV).

A respeito das ancoragens metodológicas, elegemos este estudo de caráter qualitativo, buscando compreender de forma aprofundada os fenômenos sociais e educativos[6,7] e do tipo bibliográfico e documental, o qual faz uso de publicações (especialmente artigos) e registros (no sentido amplo, neste caso, jurídico) disponíveis no âmbito da literatura acadêmico-legislativa a saber do tema em discussão. Acreditamos na relevância de estudos de cunho qualitativo, especialmente se tratando das relações sociais e suas manifestações plurais nas esferas da vida, que são dinâmicas subjetivas, de experiências coletivas e práticas cotidianas (aqui, a educativa formal) e que se colocam como inegociáveis à compreensão e reflexão de pontos que as atravessam e, neste estudo, o cuidado e proteção dos participantes e pertencentes ao ambiente escolar.

No entanto, apesar dos avanços legislativos, observa-se que muitos profissionais da educação ainda carecem do conhecimento necessário para prestar assistência adequada em situações de acidentes[8]. Essa lacuna formativa é preocupante, sobretudo porque acidentes e demais causas externas representam importantes fatores de morbimortalidade entre crianças e adolescentes, reforçando a necessidade de ações preventivas e da capacitação de profissionais da educação em primeiros socorro[9], com uma frequência elevada em ambientes como creches e pré-escolas. Diante da relevância do tema, este estudo buscou analisar e refletir sobre as implicações da implantação de programas de formação básica e continuada, em primeiros socorros, para profissionais de educação física que atuam no cotidiano escolar, focando especialmente na importância de tratar dessas qualificações-noções básicas aos profissionais da área de Educação Física atuantes no ambiente escolar.

O presente ensaio está organizado, além desta parte introdutória, em três partes, sendo elas: 1) uma discussão teórico-conceitual e legislativa sobre o suporte básico e primeiros socorros; 2) análise crítico-reflexiva quanto a enfrentamentos ligados aos primeiros socorros no contexto escolar, bem como a formação e atuação de profissionais deste ambiente; e, 3) considerações quanto às possíveis contribuições e limitações dos estudos aos pares da área e à sociedade.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo caracteriza-se como um ensaio teórico de natureza reflexiva e propositiva, desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica é essencial para reconstruir conceitos a partir de contribuições já publicadas e permitir uma análise ampla do estado da arte sobre os primeiros socorros no ambiente escolar. A opção pela abordagem qualitativa fundamenta-se na necessidade de compreender os fenômenos sociais e educativos em sua profundidade e ir além da mera tabulação de dados estatísticos[6,7].

A análise documental, por sua vez, concentrou-se na legislação pertinente, como a Lei Lucas (Lei nº 13.722/2018), que torna compulsória a capacitação em primeiros socorros para profissionais da educação, e o Projeto de Lei nº 2.336/2022, que visa ampliar essa formação aos estudantes do Ensino Fundamental II e Médio.

Para a sustentação do debate, realizou-se uma busca exploratória e seletiva em bases de dados nacionais e internacionais (PubMed, SciELO e Google Acadêmico), utilizando descritores relacionados a "primeiros socorros", "ambiente escolar", "formação docente" e "suporte básico de vida". O levantamento seguiu os preceitos de Lakatos e Marconi[10], no que tange à organização sistemática do material, garantindo que as fontes selecionadas possuíssem fidedignidade científica e pertinência temática com a legislação brasileira e os protocolos internacionais da American Heart Association[4].

O processo envolveu a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, o que permitiu articular as evidências da literatura com a realidade pedagógica da Educação Física, estruturando o texto de modo a confrontar a obrigatoriedade legal da Lei Lucas com as possibilidades práticas de implementação de uma cultura de segurança no cotidiano escolar. Para contribuir com o avanço do debate, os autores propõem um protocolo de condutas padronizadas.

Suporte básico de vida e primeiros socorros na escola: inter-relações necessárias

O Suporte Básico de Vida (SBV) destaca-se como um dos pilares centrais dos primeiros socorros e é de fácil aplicação para os profissionais envolvidos no ambiente escolar. O SBV compreende um conjunto estruturado de procedimentos voltados ao reconhecimento precoce de situações que ameaçam a vida e, simultaneamente, à aplicação de intervenções iniciais destinadas à manutenção da oxigenação e da circulação sanguínea.

De acordo com as diretrizes da American Heart Association[11], o Suporte Básico de Vida estrutura-se no reconhecimento precoce da parada cardiorrespiratória, no acionamento imediato do sistema de emergência, na execução de manobras de ressuscitação cardiopulmonar (RCP) e no uso do desfibrilador externo automático (DEA). A aplicação dessas medidas por leigos treinados assume caráter decisivo no ambiente extra-hospitalar, uma vez que a intervenção precoce pode dobrar ou até triplicar as chances de sobrevivência da vítima.

No contexto escolar, esse dado assume especial importância, considerando que o tempo de resposta até a chegada do atendimento especializado pode ser determinante para o desfecho do evento, sobretudo em regiões onde o acesso aos serviços de emergência seja limitado. Parece indispensável esclarecer que o SBV não se restringe à execução mecânica de manobras; envolve a capacidade de reconhecer sinais de gravidade, avaliar a segurança do ambiente, proteger a própria integridade física e tomar decisões rápidas e éticas[4].

Para os professores de Educação Física, essa capacidade é amplificada pela sua atuação em ambientes dinâmicos e propensos a acidentes, exigindo uma formação especializada que contemple a antecipação e a resposta a emergências durante atividades motoras[12].

O Suporte Básico de Vida estrutura-se a partir de uma cadeia de sobrevivência, composta por uma sequência de ações interdependentes: reconhecimento da emergência, acionamento do sistema de socorro, RCP imediata e desfibrilação precoce, cujas falhas ou atrasos comprometem severamente o prognóstico da vítima[11]. No ambiente escolar, o sucesso desse mecanismo depende diretamente da primeira ação, representada pela percepção e pelo nível de conhecimento dos profissionais da educação; a identificação tardia de sinais de parada cardiorrespiratória ou de obstrução grave das vias aéreas resulta em atrasos críticos que reduzem drasticamente as chances de sobrevida[13,14]. Portanto, a capacitação técnica desses agentes é o fator determinante para que a resposta inicial seja exitosa e a cadeia de cuidados não seja interrompida precocemente.

É evidente que a atuação dos profissionais da educação em primeiros socorros e SBV não substitui o atendimento especializado. Trata-se, isto sim, de uma intervenção inicial, limitada em tempo e escopo, cujo objetivo é estabilizar a vítima até a chegada das equipes de saúde. Esse entendimento é essencial para mitigar tanto a omissão de socorro quanto a adoção de condutas inadequadas que possam agravar o quadro clínico ou gerar implicações legais para o profissional[1]. Portanto, clarificar esses limites de atuação confere segurança ética e jurídica, assegurando que o papel do educador seja o de primeiro respondente e não o de diagnosticador[4].

Autores como Reveruzzi, Buckley e Sheehan[2] sugerem que programas de capacitação em primeiros socorros e SBV que sejam contextualizados ao ambiente escolar apresentam maior efetividade quando comparados a treinamentos genéricos. Assim, a utilização de exemplos do cotidiano escolar, simulações práticas e linguagem acessível favorece a assimilação do conteúdo e aumenta a confiança dos participantes para atuar em situações emergenciais reais, o que permite aos profissionais da escola vivenciar situações potenciais.

É possível considerar que alguns professores não possuem treinamento adequado em primeiros socorros, apresentando lacunas significativas tanto no conhecimento teórico quanto na segurança para atuar em situações emergenciais. Um estudo realizado por Adib-Hajbaghery e Kamrava[13] evidenciou que, mesmo aqueles que declaravam possuir algum conhecimento prévio, apresentaram desempenho insuficiente em cenários como fraturas, engasgos e crises convulsivas, comprometendo a eficácia da resposta inicial.

O que se pode depreender deste contexto é que a insuficiência da formação em primeiros socorros no âmbito educacional não se restringe à ausência de cursos formais, mas também à falta de programas estruturados de capacitação continuada, além, é claro, de mecanismos eficientes de avaliação e mensuração dos conhecimentos apresentados aos profissionais de educação. Autores como Calandrim et al.[14] apontam que treinamentos pontuais,

realizados de forma isolada e sem atualização periódica, apresentam baixo impacto na retenção do conhecimento e na confiança dos profissionais para agir em situações reais; contudo, programas de formação contínua que combinam teoria, aplicação e simulações contextualizadas ao ambiente escolar mostram-se eficazes na consolidação das habilidades necessárias à atuação segura[2].

Outro aspecto crítico refere-se ao enfoque dos programas de capacitação. Frequentemente, observa-se a priorização, por vezes exclusiva, de treinamentos de SBV e de ressuscitação cardiopulmonar, em detrimento de outras emergências recorrentes no ambiente escolar, como quedas, fraturas, crises convulsivas e reações alérgicas. Essa abordagem simplista reduz a efetividade da formação, uma vez que não contempla a diversidade de situações reais enfrentadas pelos profissionais da educação no cotidiano das instituições[2]. Portanto, a formação deve ser abrangente, preparando o educador para o manejo de intercorrências traumáticas e clínicas de variados graus de complexidade.

Nesse sentido, a lacuna na formação de professores de Educação Física em primeiros socorros é particularmente preocupante, considerando que a prática de atividades físicas inerentemente aumenta a exposição a riscos de lesões e acidentes, demandando um preparo específico para o manejo dessas ocorrências[15].

A formação docente em primeiros socorros transcende o domínio mecânico de protocolos; ela exige o desenvolvimento de competências para a gestão de crises, incluindo a avaliação rápida de cenários, a tomada de decisão sob pressão e o controle do pânico coletivo[13]. Nesse sentido, a educação em saúde deve ser consolidada como uma estratégia institucional de longo prazo, superando treinamentos esporádicos em favor de uma cultura de prevenção contínua. Escolas que adotam esse modelo de formação permanente apresentam respostas mais organizadas e uma redução significativa em agravos evitáveis, o que reitera o papel social da instituição como um espaço resiliente e tecnicamente preparado para o cuidado coletivo[2].

O ambiente escolar caracteriza-se por intensa movimentação, interação social constante e realização de atividades físicas, recreativas e pedagógicas, fatores que contribuem para a ocorrência de emergências de saúde previsíveis. De acordo com Reveruzzi, Buckley e Sheehan[2], as escolas estão entre os espaços comunitários com maior incidência de acidentes envolvendo crianças e adolescentes, o que torna imprescindível a preparação dos profissionais da educação para o reconhecimento e a resposta inicial a essas situações.

No mapeamento das emergências traumáticas, observa-se que quedas, colisões, entorses e ferimentos cortantes constituem as ocorrências mais frequentes, podendo precipitar complicações evitáveis, como o agravamento de fraturas, quadros de dor aguda e riscos de infecção secundária[16].

A recorrência global desses padrões evidencia que as emergências escolares transcendem contextos socioculturais, apresentando perfis de trauma similares em diferentes países[2]. Essa constatação não apenas reforça a necessidade de protocolos universais, mas exige que a capacitação seja sensível às especificidades arquitetônicas e pedagógicas de cada unidade escolar.

Além dos traumas, eventos clínicos súbitos também podem ocorrer no ambiente escolar, exigindo atenção imediata. Episódios de síncope, crises convulsivas, reações alérgicas e dificuldades respiratórias são situações que geram insegurança entre professores e alunos, especialmente quando não há capacitação prévia em primeiros socorros[13]. Além disso, a obstrução de vias aéreas por corpo estranho (OVACE) configura-se como uma das emergências mais graves no contexto escolar, sobretudo na educação infantil.

Crianças pequenas podem apresentar maior risco de engasgo em razão de características comportamentais e do processo de desenvolvimento, como a exploração oral de objetos e a mastigação inadequada. O reconhecimento tardio do engasgo grave e a ausência de intervenção adequada podem levar rapidamente à hipóxia e ao óbito, o que reforça a necessidade de treinamento específico e contínuo para professores e cuidadores[4].

De acordo com Adib-Hajbaghery e Kamrava[13], muitos profissionais da educação apresentam dificuldades no reconhecimento da OVACE e na execução adequada das manobras de desobstrução, o que evidencia lacunas importantes na formação desses profissionais. A ausência de treinamento específico aumenta o risco de atrasos na intervenção e de adoção de condutas inadequadas, reforçando a necessidade de capacitações periódicas e contextualizadas ao ambiente escolar. Ainda, a literatura ressalta que muitos docentes, incluindo os de Educação Física, sentem-se inseguros e

despreparados para agir diante de acidentes e emergências, evidenciando uma lacuna na formação que se reflete na prática[17].

As crises convulsivas também representam uma ocorrência frequente no ambiente escolar. Embora na maioria dos casos sejam autolimitadas, a conduta inadequada por parte de leigos pode resultar em lesões adicionais ou agravamento do quadro clínico. A atuação correta consiste em proteger a vítima contra traumas, manter a permeabilidade das vias aéreas e observar a duração da crise, evitando práticas inadequadas, como a introdução de objetos na boca[2].

Outro evento clínico comum no contexto escolar é a síncope, caracterizada pela perda transitória da consciência, geralmente associada a fatores como desidratação, calor excessivo, estresse ou permanência prolongada em posição ortostática. Embora frequentemente benigna, a síncope pode resultar em quedas e traumatismos secundários, exigindo reconhecimento rápido e posicionamento adequado da vítima para evitar complicações adicionais. A incorporação das diretrizes ao contexto escolar contribui para a consolidação de uma cultura de segurança e prevenção. Quando as escolas adotam protocolos claros, capacitam seus profissionais e promovem ações educativas voltadas à prevenção de acidentes, observa-se maior organização na resposta a emergências e redução de agravos evitáveis, fortalecendo o papel da escola como espaço de cuidado e proteção à vida[16,18].

A Educação Física escolar, ao lidar centralmente com a cultura de movimento, coloca o corpo em uma dimensão paradoxal de vulnerabilidade e potência simultâneas. Diferentemente de outros componentes curriculares, em que o aprendizado é predominantemente cognitivo, nas atividades práticas o erro de execução ou o imprevisto físico podem resultar em danos imediatos. Nesse sentido, o domínio dos primeiros socorros pelo professor de Educação Física não deve ser visto como um apêndice técnico, mas como uma competência inerente ao ato de ensinar o movimento. Compreender a fisiologia do esforço, a mecânica do trauma e os sinais de mal súbito é o que permite ao docente transformar a aula em um ambiente de exploração segura, onde o cuidado com a integridade física do aluno é o alicerce para o desenvolvimento de suas capacidades motoras.

É notório que um dos principais desafios que se apresentam aos profissionais da educação é a transição do "saber" primeiros socorros para o "saber ensinar" primeiros socorros. Essa tarefa exige que o professor desloque o protocolo de uma perspectiva puramente clínica para uma abordagem pedagógica e transversal. Em consonância com o PL 2.336/2022, essa mudança de paradigma convoca o docente a integrar o socorro ao plano de aula, transformando, por exemplo, o ensino de uma modalidade esportiva em uma oportunidade para o aluno aprender o reconhecimento de uma emergência. Ao fazer essa transição, o professor deixa de ser o único detentor da resposta técnica e passa a ser o facilitador do que se poderia chamar de letramento em saúde. Assim, o "saber ensinar" primeiros socorros na Educação Física materializa-se na capacidade de converter uma manobra técnica em um exercício de autonomia e ética, no qual o estudante aprende que o domínio sobre o próprio movimento inclui, intrinsecamente, a responsabilidade pelo cuidado com o próximo.

Adicionalmente, a inserção de primeiros socorros no cotidiano escolar pode favorecer o desenvolvimento de uma cultura preventiva, na qual alunos, professores e funcionários passam a reconhecer riscos, adotar condutas mais seguras e fortalecer ações de promoção da saúde. Nessa perspectiva, a escola deixa de atuar apenas de forma reativa (após o acidente) e passa a incorporar estratégias de prevenção, organização de fluxos e responsabilização coletiva pela segurança[2].

Nesse sentido, a Figura 1 sintetiza objetivamente padrões situacionais e suas ações que servem de base para o desenvolvimento de procedimentos operacionais padronizados (POPs), ou mesmo como escopo para treinamentos que poderão ser desenvolvidos em ambiente escolar.

Outro ponto relevante refere-se ao papel do professor como agente multiplicador de conhecimento. Ao adquirir competências básicas em primeiros socorros, o profissional amplia sua capacidade de orientar práticas preventivas, promover educação em saúde e estimular atitudes de autoproteção e cuidado coletivo. Essa dimensão educativa é coerente com a função social da escola e fortalece a criação de ambientes mais preparados e resilientes, com repercussões positivas no comportamento dos estudantes e na organização institucional[19].

Desafios na implementação de programas de capacitação, como limitações de infraestrutura, recursos financeiros, carga de trabalho dos profissionais e rotatividade de funcionários. Portanto, recomendam-se estratégias sustentáveis,

com planejamento institucional, cronogramas periódicos, metodologias ativas e adaptação do conteúdo à realidade escolar, aumentando a efetividade da formação e a retenção de competências[2].

No que se refere às diretrizes técnicas, a atualização periódica dos protocolos é essencial para garantir a segurança e a efetividade das intervenções. A evolução das evidências científicas exige que os conteúdos ensinados sejam revisados regularmente, reduzindo a difusão de práticas obsoletas e promovendo condutas padronizadas e compatíveis com a atuação de leigos[11].

Nesse sentido, a articulação entre recomendações internacionais e normativas nacionais contribui para elevar a qualidade do ensino e da resposta a emergências no contexto escolar. A interlocução entre secretarias de educação e saúde e órgãos de segurança pública pode ser uma estratégia interessante e integradora.

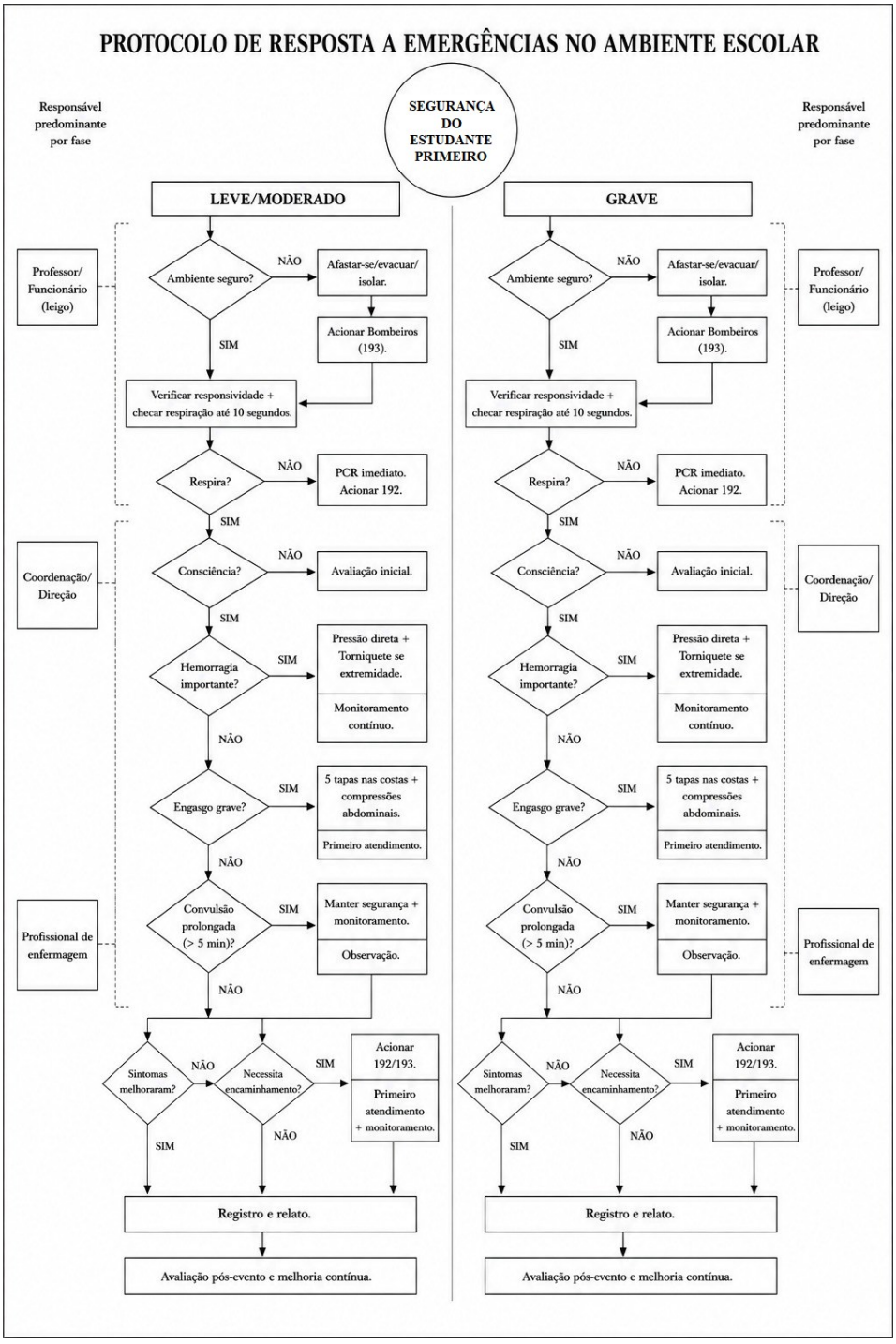


Figura 1 *– Protocolo de resposta a emergencias no ambiente escolar.*
Elaborado pelos autores.

Considerações Finais

O trabalho objetivou analisar e debater as implicações da implantação de programas de formação básica e continuada, em primeiros socorros, para profissionais de educação física que atuam no cotidiano escolar.

Foi possível depreender que a implementação da Lei Lucas no Brasil não deve se limitar ao cumprimento burocrático de protocolos administrativos ou a treinamentos técnicos esporádicos. A verdadeira eficácia da segurança no ambiente escolar reside na transição de uma postura prioritariamente reativa para a consolidação de uma cultura de prevenção permanente, integrada ao Projeto Político Pedagógico das instituições. O horizonte legislativo desenhado pelo PL 2.336/2022 aponta para um amadurecimento necessário, no qual o estudante deixa de ser apenas objeto do cuidado adulto para ser educado como agente multiplicador de socorro, transformando o "saber agir" em um exercício fundamental de cidadania e solidariedade dentro do território escolar.

Nesse contexto, a Educação Física escolar assume um protagonismo imensurável ao converter o Suporte Básico de Vida em um conteúdo transversal e vivo. Pela natureza de sua prática, este componente curricular oferece o cenário ideal para a transposição didática do conhecimento clínico para a vivência pedagógica, permitindo que o aluno desenvolva letramento em saúde enquanto se apropria da cultura de movimento. O professor de Educação Física, portanto, atua como o principal articulador dessa rede de proteção, sendo capaz de transformar a inevitabilidade do risco inerente às atividades físicas em uma oportunidade de aprendizado sobre limites, autonomia e preservação da vida.

Por fim, ressalta-se que o fortalecimento das políticas integradas entre educação, saúde e segurança pública é o caminho para minimizar a insegurança dos profissionais e reduzir agravos evitáveis. Produções teóricas e reflexivas desta natureza são essenciais para sensibilizar a comunidade escolar, gestores, funcionários, pais e alunos para o fato de que o preparo para emergências não é uma tarefa isolada, mas um compromisso ético compartilhado.

Espera-se que este debate estimule novas pesquisas, especialmente voltadas para metodologias de simulação realista, garantindo que a escola se firme como um espaço de desenvolvimento humano integral, pautado pela resiliência e pelo cuidado intrínseco com o próximo.

Agradecimentos

Agradecimentos especiais à Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (2024-HHGNV e 2025-QWMWF) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (317436/2025-2) pelo apoio financeiro. Os financiamentos não tiveram qualquer papel na decisão de publicação nem na preparação do artigo.

Conflito de Interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Contribuições dos Autores

Conceituação: MFD, JFSS, GSO, RP, RLR, DSB. Metodologia: MFD, JFSS, GSO, RP, RLR, DSB. Curadoria de dados e análise formal: MFD, JFSS, GSO, RP, RLR, DSB. Supervisão: MFD, JFSS, GSO, RP, RLR, DSB. Escrita – rascunho original: MFD, JFSS, GSO, RP, RLR, DSB. Escrita – revisão e edição: MFD, JFSS, GSO, RP, RLR, DSB. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito e concordam em ser responsáveis por todos os aspectos do trabalho.

Declaração de Responsabilidade

As opiniões expressas são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a posição oficial das instituições de afiliação ou das agências de fomento.

Disponibilidade de Dados

Não aplicável.

Declaração sobre o Uso de Inteligência Artificial

Não foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial (IA) na elaboração do manuscrito.

Referências

1. Brasil. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de recreação infantil. Brasília: Diário Oficial da União; 2018.
2. Reveruzzi B, Buckley L, Sheehan M. First aid training in secondary schools: a comparative study and

implementation considerations. J Safety Res. 2020;75:32–40. doi: 10.1016/j.jsr.2020.07.002.

3. Bezerra ALD, Suárez LAB, Souza MNA. First aid in Physical Education: a bibliometric review. Res Soc Dev. 2021;10(2):e2410212038. doi: 10.33448/rsd-v10i2.12038.
4. Pellegrino JL, Charlton NP, Carlson JN, Flores GE, Goolsby CA, Hoover AV, et al. 2020 American Heart Association and American Red Cross focused update for first aid. Circulation. 2020;142(17):e287–e303. doi: 10.1161/CIR.0000000000000900.
5. UNICEF. Child injury prevention strategies [Internet]. New York: UNICEF; 2018 [citado 2026 Apr 14]. Disponível em: https://www.unicef.org/media/55486/file/UNICEF-annual-report-2018%20revised%201.pdf
6. Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas; 2019.
7. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec; 2014.
8. Genesini G, Santos F, Conte M, Lohmann PM, Zanotelli A. First aid in early childhood education: educators' perception. Res Soc Dev. 2021;10(1):e5210111279. doi: 10.33448/rsd-v10i1.11276
9. Oliveira WB, Gonçalves SHMS, Muller PS, Carmo HO. Impacto da capacitação em primeiros socorros sobre o conhecimento de educadores e agentes escolares. REVISA. 2022;11(2):220–31. doi: 10.36239/revisa.v11.n2.p220a231.
10. Lakatos EM, Marconi MA. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas; 2017.
11. American Heart Association. Highlights of the 2025 American Heart Association guidelines for CPR and ECC [Internet]. Dallas: American Heart Association; 2025 [citado 2026 Apr 14]. Disponível em: https://cpr.heart.org/en/resuscitation-science/cpr-and-ecc-guidelines
12. Sousa AP, Rizzo DTS, Domingos GSB. Conhecimento do professor de educação física sobre primeiros socorros no ambiente escolar. Itinerarius Reflectionis. 2020;16(3):1–22. doi: 10.5216/rir.v16i3.58382.
13. Adib-Hajbaghery M, Kamrava Z. Iranian teachers' knowledge about first aid in the school environment. Chin J Traumatol. 2019;22(4):240–5. doi: 10.1016/j.cjtee.2019.02.003.
14. Calandrim LF, Santos AB, Oliveira LR, Massaro LG, Vedovato CA, Boaventura AP. Primeiros socorros na escola: treinamento de professores e funcionários. Rev Rene. 2017;18(3):292–9. doi: 10.15253/2175-6783.2017000300002.
15. Mior CC, Cargnin MCS, Cargnin L. Knowledge of teachers and staff about first aid in a school setting: an almost experimental survey. Res Soc Dev. 2020;9(10):e2239108427.
16. World Health Organization. Injury prevention and child safety [Internet]. Geneva: WHO; 2017 [citado 2026 Apr 14]. Disponível em: https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/ca6497f7-7253-4568-8d86-18d9504a5977/content
17. Carmo HO, Souza RCA, Araújo CLO, Francisco AG. Atitudes dos docentes de educação infantil em situação de acidente escolar. Rev Enferm Cent-Oeste Min. 2017;7:1-7. doi: 10.19175/recom.v7i0.1457.
18. World Health Organization. Basic emergency care: approach to the acutely ill and injured. Geneva: WHO; 2018.
19. Galindo Neto NM, Caetano JA, Barros LM, Silva TM, Vasconcelos EMR. Primeiros socorros na escola: construção e validação de cartilha educativa para professores. Acta Paul Enferm. 2017;30(1):87–93. doi: 10.1590/1982-0194201700013.

Recebido: 20/05/2026
Versão final reapresentada: 09/06/2026
Aprovado: 11/06/2026

Editor Chefe
Jonato Prestes
Universidade Católica de Brasília

Editor de Seção
Jonato Prestes
Universidade Católica de Brasília